

PEDRO ATAÍDE

DIREITO MINERÁRIO

- MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO
- SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA
- REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA
- REGIMES MINERÁRIOS
- ANÁLISE DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS 789, 790 E 791, DE 2017

2017



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

A862d Ataíde, Pedro.

Direito Minerário / Pedro Ataíde – Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.
272 p.

ISBN 978-85-442-1674-3.

1. Direito Minerário. I. Ataíde, Pedro. II. Título.

CDD 342.1245

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO	25
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária	25
2.2. Importância da mineração	36
2.3. Peculiaridades da mineração	41
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos	43
2.3.2. Pressupostos econômicos	49
2.3.3. Pressupostos jurídicos	51
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em áreas de preservação permanente (APPs) e em mata atlântica	53
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário ...	58
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios	62
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados	67
2.5.3. Princípio do interesse nacional	71
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral	74
2.5.5. Princípio do resultado global	75

2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado	77
3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA	79
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária	80
3.2. Mineração na constituição brasileira de 1988 ..	89
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público	89
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176)	94
3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração	103
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos	106
3.4. Estatalidade e recursos minerais	114
4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA	117
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração	121
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação	126
4.3. Regulação minerária no Brasil e tutela penal .	130
4.3.1. Entidade responsável pela regulação minerária	134
4.3.1.1. Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração	135

4.3.1.1.1.	Origem e atual estrutura do DNPM	135
4.3.1.1.2.	Perfil das agências reguladoras no Brasil	138
4.3.1.2.	Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM	142
4.3.2.	Mineração brasileira e desenvolvimento: considerações sobre a aplicação da CFEM	149
5.	REGIMES MINERÁRIOS	157
5.1.	Aspectos gerais	157
5.1.1.	Minas manifestadas	160
5.1.2.	Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Código de Mineração	163
5.1.3.	Modos de aquisição dos direitos minerários: direito de prioridade, procedimento de disponibilidade e licitação no projeto de novo marco regulatório	164
5.1.4.	Sigilosidade	170
5.2.	Regime de autorização	175
5.2.1.	Aspectos gerais e descrição da pesquisa	175
5.2.2.	Competência e legitimidade	179
5.2.3.	Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda	180
5.2.4.	Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa	187
5.2.5.	Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização	191

5.2.6. Natureza jurídica	194
5.3. Regime de concessão	196
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade	196
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral	198
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos.....	202
5.3.4. Natureza jurídica	206
5.4. Regime de licenciamento	208
5.4.1. Aspectos gerais e competência	208
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento	211
5.4.3. Mineração em leito de rio	213
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira	215
5.6. Regime de registro de extração	217
5.7. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração	220
6. ANÁLISE DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº 789, 790 E 791, de 2017	225
6.1. Medida Provisória nº 789/2017	227
6.2. Medida Provisória nº 790/2017	231
6.3. Medida Provisória nº 791/2017	242
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	251